



RESUMO DA HISTÓRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

1845 - 1904

LELÉ ARANTES

Origem do nome da cidade

A origem do nome do município de São José do Rio Preto vem da junção do padroeiro da cidade, São José, e do rio que corta o município, o rio Preto. Até a chegada dos primeiros moradores, a região era conhecida como “bairro do rio Preto” e “sertão do Rio Preto”. Após 1851, com a chegada de João Bernardino de Seixas Ribeiro, a região incorporou ao seu nome o São José. A incorporação se deu porque a mulher de João Bernardino, dona Mariana, e uma escrava, Maria Madalena, encontraram numa choça abandonada por um agrupamento de índios guarani, uma imagem esculpida em madeira de São José de Botas, padroeiro dos bandeirantes paulistas nos séculos 16 e 17. Brancos, negros e índios deram origem ao povoado de São José do Rio Preto.



As famílias Demonte e Esposte, em passeio ao Salto do Avanhandava era ponto de turismo dos rio-pretenses até a construção da usina hidrelétrica. Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto. Foto de Theodoro Demonte, do Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto, página 185

Os Pioneiros

Os mineiros Luiz Antonio da Silveira, Antonio Carvalho da Silva e Vicente Ferreira da Silva são considerados os primeiros povoadores da região onde surgiu a cidade de São José do Rio Preto. Eles tomaram posse de grandes extensões de terra onde hoje estão situados bairros como Boa Vista, Eldorado, Maceno e Santa Cruz, região chamada de “sertão de Araraquara”, formando, assim, as primeiras fazendas. Os três vieram do sul de Minas Gerais, por volta de 1845, em busca de boas terras para cultivo e criação e se aventuraram no chamado “sertão desconhecido”. Vieram pela Estrada Geral, que ligava São Paulo a Cuiabá, passando por Araraquara. Eles são protagonistas da “Lenda do Pássaro Azul” e doadores dos terrenos para a formação dos patrimônios de São José, Nossa Senhora do Carmo e São Vicente Ferrer. Antes deles, os irmãos Joaquim e José Gonçalves de Souza chegaram à região pelo rio Tietê, por volta de 1820, e formaram as fazendas “Campo” e “Borá”, fornecendo, mais tarde, alimentos e animais para as colônias militares instaladas pelo governo imperial perto dos saltos do Avanhandava e do Itapura. Foram os primeiros que desbravaram o território que deu origem ao bairro de São José do Rio Preto. Antonio Carvalho da Silva doou o terreno entre o rio Preto e os córregos Canela e Borá para a formação do patrimônio de São José; seu filho Luiz Antonio da Silveira fez a doação de um terreno para Nossa Senhora do Carmo, onde hoje está localizado o bairro da Boa Vista; enquanto Vicente Ferreira Neto teria doado um terreno a São Vicente Ferrer, onde hoje estão os bairros da Santa Cruz e Bom Jesus. Impressionados com a fertilidade da terra, os três mineiros convenceram parentes e amigos a migrarem para a região. Em menos de 10 anos, cerca de 150 famílias haviam ocupado um vasto

território entre os rios Turvo e Tietê e ao longo dos rios Preto, São Domingos e São José dos Douros.

Seis anos depois, em 1851, João Bernardino de Seixas Ribeiro construiu uma casa de pau-a-pique no espigão do rio Preto, entre os córregos Canela e Borá, em terreno doado a São José por Antonio Carvalho da Silva. No ano seguinte, em 19 de março, data que marca a fundação da cidade, ele reuniu em volta de sua casa um grupo de pioneiros para solicitar do governo estadual a instalação de um cartório no bairro do Rio Preto, que começava a surgir. Os primeiros desbravadores sentiam-se isolados no sertão. Os dois centros urbanos mais próximos eram Jaboticabal e Araquara. Esses moradores, espalhados por um grande território, enfrentaram as matas dessa parte do sertão paulista para a produção agrícola e a agropecuária de subsistência em suas terras férteis. A história da cidade de São José do Rio Preto inicia-se, portanto, com o desbravamento e a ocupação do solo dessa região, que até por volta de 1890 era indicada nos mapas oficiais como “sertão desconhecido”, povoado por índios caingangues e guaranis.

A Lenda do Pássaro Azul



A Lenda do Pássaro Azul em tela do artista plástico Antonio Buck de Carvalho, na sacristia da Catedral de São José. Fotografia de Karfhan e restauração de Regina Célia Ferreira

Depois de montar acampamento nas margens do rio Preto, os pioneiros Antonio Carvalho da Silva, Luiz Antonio da Silveira e Vicente Ferreira Neto entraram na mata para fazer o reconhecimento da região e demarcar as terras férteis. Atravessando os córregos Borá e Piedade, avançaram pela floresta fazendo picadas a golpes de foice e facão. A mata era muito fechada e de difícil acesso. No terceiro dia de caminhada, viram-se perdidos e não conseguiam encontrar o caminho de volta. Cansados e sem comida, decidiram fazer uma promessa. Cada um deles prometeu um pedaço de terra para os seus santos de fé. Antonio fez promessa a São José; Luiz, a Nossa Senhora do Carmo; e Vicente, a Santo Vicente Ferrer. Dormiram e, pela manhã, foram acordados pelo cantar bonito e exótico de um pássaro desconhecido, de lindas penas azuis. O pássaro parecia querer lhes mostrar alguma coisa, cantando e saltitando de galho em galho. Intrigados, acompanharam os movimentos do pássaro, até então jamais visto por eles, e descobriram a saída, regressando sãos e salvos ao acampamento. Classificaram a presença do pássaro como um milagre e decidiram cumprir a promessa. Tomaram posse de grandes extensões de terra, estabeleceram-se, cons-

truíram suas fazendas e doaram as terras prometidas. As doações teriam sido feitas em 1847 e oficializadas em 19 de março de 1852, data que marca a fundação de São José do Rio Preto, numa festa religiosa promovida por outro pioneiro, João Bernardino de Seixas Ribeiro.

Presença indígena

A presença indígena na região de Rio Preto é registrada desde o início das monções, por volta de 1622. O Salto do Avanhandava, que de 1867 a 1910 pertenceu a Rio Preto, era dominado pelos índios caingangue, acostumados a atacar os monçoeiros que desciam o rio Tietê com destino a Cuiabá, segundo o livro *Monções*, de Sérgio Buarque de Holanda.

As últimas notícias de ataques desses índios são de 1908. O jornal *O Porvir* noticiou o ataque de caingangue a um grupo de trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, perto do Salto do Avanhandava. Eram cerca de 20 índios, que mataram a flechadas três trabalhadores, que depois tiveram as cabeças decepadas e levadas pelos atacantes, juntamente com armas e roupas. Os caingangue viviam na margem esquerda do Tietê e dificilmente atravessavam o rio para se aventurar na margem direita, território dos guaranis, seus inimigos.

Perto de Rio Preto viviam também os caiapó, na região do Triângulo Mineiro. Eram inimigos dos caingangue e dos guarani. O historiador Carlos Rodrigues Nogueira narrou, em 1952, um confronto que teria ocorrido entre índios e fazendeiros na região de Rio Preto, em 1885. Segundo a narrativa, índios liderados pelos capitães Vitorino e Fortunato atacaram um grupo de brancos que estava derrubando a mata perto da fazenda Borá. Dos 14 homens brancos, apenas três regressaram com vida, um deles bastante ferido. Essa foi a última vez que os índios foram vistos do lado direito do Tietê.

A Fundação da Cidade

João Bernardino de Seixas Ribeiro imigrou de Casa Branca, acompanhando o pai, Antonio Bernardino de Seixas Ribeiro, por volta de 1850. Sua família teria recebido de D. Pedro 2º, uma gleba de terra com 17.960 alqueires, onde hoje está situado o município de Ibirá.

João Bernardino juntou a família e dirigiu-se para o bairro do Rio Preto. Por volta de 1851, na altura onde hoje se situa a esquina da rua Voluntários de São Paulo com a rua Tiradentes, ele construiu uma casa de pau-a-pique em terreno que havia sido doado por Antonio Carvalho da Silva a São José.

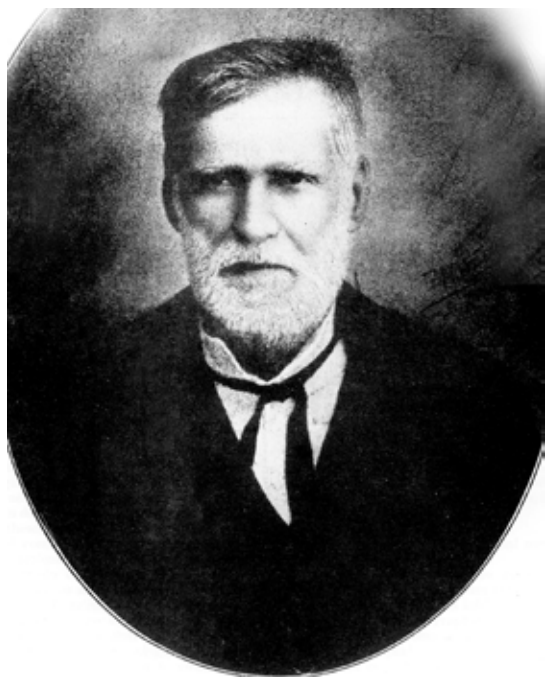
Sua casa foi a primeira a ser erguida no espaço territorial que deu origem à cidade de Rio Preto. Apesar da existência de mais de uma centena de famílias morando na região, espalhadas em fazendas e roçados, foi João Bernardino quem deu início à povoação do patrimônio de São José e por isso ele é apontado como fundador de Rio Preto.

No ano seguinte, em 19 de março de 1852, João Bernardino teria reunido as famílias mais próximas para realizar uma festa religiosa em louvor a São José e aproveitou o momento para redigir uma carta à Câmara Municipal de Araraquara pedindo a criação de um distrito de paz no bairro de Rio Preto.

Esse documento determina a data de fundação de Rio Preto e foi corroborado dois anos depois, com a assinatura dos chefes de 158 famílias instaladas no vasto território rio-pretense. Os vereadores de Araraquara entenderam que era justa a reivindicação dos moradores de Rio Preto e encaminharam o documento ao governo estadual.

No dia 20 de março de 1855, o governador do Estado de São Paulo, que na época era chamado Presidente da Província de São Paulo, José Antonio Saraiva, assinou a lei criando o distrito de paz e a subdelegacia de polícia de Rio Preto, nomeando para o cargo de primeiro juiz de paz o cidadão Fidelis Soares da Costa, enquanto João Bernardino foi nomeado subdelegado.

Perfil do Fundador



João Bernardino de Seixas Ribeiro nasceu em Livramento do Aiuruoca (atual Liberdade), no sul de Minas Gerais, em 24 de fevereiro de 1819, e faleceu em São José do Rio Preto, em 26 de abril de 1907, aos 88 anos. Casado com Mariana Ignácia Ferreira, ele teve quatro filhos. É figura central na história de Rio Preto desde a fundação, em 1852, à criação da comarca, em 1904. Quando Rio Preto foi elevada à categoria de município, em 1894, disputou o cargo de vereador na primeira eleição. Não se elegeu, mas assumiu o cargo por uma sessão em 4 de fevereiro de 1895.

João Bernardino é considerado o fundador da cidade por ter construído a primeira casa, em torno da qual outras casas foram sendo construídas até ganhar o formato de uma aglomeração urbana. Quando a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, em 13 de março de 1888, João Bernardino foi um dos primeiros fazendeiros a libertar seus escravos.

João Bernardino de Seixas Ribeiro, morreu em 1907, com 88 anos. Ele esteve envolvido na fundação da cidade, na criação do distrito de paz, foi subdelegado de polícia e escrivão do cartório, atuou na criação do município e foi suplente de vereador na 1ª Legislatura, chegando a assumir em uma sessão, presidiu a fundação da loja maçônica Cosmos e participou da implantação da Comarca

Presença da Igreja Católica

O patrimônio de São José do Rio Preto foi elevado à categoria de Freguesia em 21 de março de 1879, pela lei provincial nº 04, assinada pelo presidente da Província de São Paulo, Laurindo Abelardo de Brito.

A construção da primeira capela de Rio Preto tem duas versões. A de João Ferrari Secondo diz que a capela foi construída em 1855, por Manoel Pompeo e José Pedro do Nascimento, por encomenda de Antonio Carvalho da Silva e de seu filho Luiz Antonio da Silveira, doadores, respectivamente, dos patrimônios de São José e de Nossa Senhora do Carmo. Essa capela foi abençoada pelo padre Justino Teixeira da Rocha, vindo de Jaboticabal. Em 1890, uma nova capela teria sido construída.

A outra versão, de Fernando Gil da Costa Alemão, autor do livro Diocese de Rio Preto, publicado em 1943, diz que a primeira capela teria sido erguida por João Bernardino de Seixas Ribeiro sobre as bases lançadas em 1845 pelo padre Jesuíno Ferreira da Rosa. Esse padre teria visitado o bairro sete anos antes da fundação da cidade.

Se a construção da primeira capela tem versões contraditórias, o mesmo não acontece com a sua demolição. O prefeito Adolpho Guimarães Corrêa contratou em 26 de outubro de 1911 os

serviços de Guilherme Aloísio Weber, João Caetano Álvares e Ugolino Ugolini para verificar os alicerces da capela. Eles condenaram o prédio, que começou a ser demolido em 15 de fevereiro de 1912.

O arcebispo de São Carlos, D. José Marcondes, autorizou a demolição e a construção de uma nova igreja, num novo local, pois a capela estava sobre a quadra formada hoje pela praça Rui Barbosa. A pedra fundamental da nova construção foi lançada em 26 de maio de 1912 pelo padre Joaquim Antônio do Canto. As obras, no entanto, só começaram em fevereiro de 1913. Em setembro do ano seguinte, no dia 4, a cidade recebia a visita de D. José Marcondes para abençoar a construção. O padre Mauro Deutschmann formou, em 1924, uma comissão de cidadãos para concluir as obras, agora como catedral, porque a criação do Bispado de Rio Preto havia sido anunciada e seria analisada pelo papa Pio XI.

Em 1926, chegava a São José do Rio Preto o padre engenheiro Anselmo Werner para acelerar as obras. A catedral só ficou pronta em 1932, após a posse do bispo D. Lafayette Libânio, ocorrida em 22 de janeiro de 1931. Ela foi demolida em 1973 para dar lugar a um novo prédio, de arquitetura moderna.



O Bispado de Rio Preto foi criado em 25 de janeiro de 1929 pelo papa Pio XI. O primeiro bispo, D. Lafayette Libânio, teve uma atuação muito próxima dos fiéis e ficou à frente do Bispado até 4 de outubro de 1966. Em 6 de março de 1968, o papa Paulo VI nomeou bispo de Rio Preto D. José de Aquino Pereira, que permaneceu até 1º de maio de 1997, quando passou o cargo a D. Orani João Tempesta, nomeado bispo pelo papa João Paulo II. Atualmente, o Bispado de Rio Preto tem 70 paróquias em 50 municípios. D. Paulo Mendes Peixoto, nomeado bispo pelo papa Bento XVI, assumiu o Bispado de Rio Preto, no dia 25 de março de 2006, substituindo D. Orani, nomeado arcebispo de Belém, Pará. Em 26 de setembro de 2012, após transferir D. Paulo para a arquidiocese de Uberaba, o papa Bento XVI nomeou D. Tomé Ferreira da Silva como novo bispo de Rio Preto. Ele tomou posse em 16 de novembro.

Dom José Marcondes Homem de Mello, arcebispo de São Carlos, autorizou a criação do Bispado de São José do Rio Preto. Foto do Álbum Ilustrada da Comarca de Rio Preto, página 289

O Distrito de Rio Preto e a Passagem de Taunay

Por 39 anos a Vila São José do Rio Preto foi um distrito de paz. Entre 1855 e 1868 pertenceu ao município de Araraquara, e, de 1868 a 1894, esteve vinculada a Jaboticabal. Ela demorou muito para crescer, porque havia pouco movimento na estrada que ligava São Paulo a Cuiabá, um caminho longo e difícil. A própria estrada era mal conservada e havia sempre o perigo de ataque de animais selvagens, salteadores e índios. As únicas referências sobre a cidade daquela época foram relatadas pelo tenente Alfredo D'Escragnolle de Taunay (Visconde de Taunay), no livro



Viagens de Outrora. Na noite de 18 de julho de 1867, ele e sua comitiva passaram por Rio Preto, pernitoando na casa de João Bernardino de Seixas Ribeiro.

A passagem de Taunay por Rio Preto está ligada ao famoso episódio da “Retirada da Laguna”, ocorrido entre 8 de maio e 11 de junho de 1867, quando os soldados brasileiros na fazenda Laguna, no Paraguai, foram empurrados de volta para o Brasil por causa do cólera que atingiu as tropas. Taunay levava informações ao imperador Dom Pedro 2º e narra que estava chovendo muito e que foi recebido na única casa de tijolos do arraial. Ao partir, no amanhecer de 19 de julho, ele anotou que o vilarejo tinha meia dúzia de palhoças. “Há uma igrejinha em construção, e cremos que por muitos anos fique nesse estado, quando não se arruine totalmente”, escreveu. De fato, o arraial de Rio Preto só se desenvolveu a partir de 1890, quando começaram a chegar os primeiros imigrantes árabes e italianos.

Ele era ainda apenas o tenente Alfredo D’Escrag-nolle de Taunay quando passou naquela noite chuvosa de junho de 1867 em Rio Preto. Só mais tarde seria o Visconde de Taunay

A Criação do Município

A vila de São José do Rio Preto foi elevada à categoria de município no dia 19 de julho de 1894, data em que Bernardino de Campos, governador do Estado de São Paulo, assinou a lei nº 294.

O movimento político pela criação do município começou a tomar forma no início de 1890, sob a liderança do coronel Pedro do Amaral Campos, mais conhecido por Pedro Amaral. Ele havia se mudado para Rio Preto, por volta de 1880, onde montou um armazém de secos e molhados na rua que leva até hoje o seu nome. Em 1892, foi nomeado fiscal da vila de Rio Preto pela Câmara Municipal de Jaboticabal e tornou-se a principal autoridade política da vila.

No dia 29 de outubro de 1894, foi realizada a primeira eleição municipal de São José do Rio Preto para eleger os seis primeiros vereadores. Dentre eles, Luiz Francisco da Silva foi eleito o primeiro prefeito, então chamado de intendente. Pedro Amaral foi eleito primeiro presidente da Câmara Municipal e permaneceu no cargo até 7 de janeiro de 1902.

Nessa primeira eleição, foram relacionados 446 eleitores distribuídos em duas seções eleitorais. A 1ª seção eleitoral funcionou na casa de Pedro Amaral e a 2ª foi instalada na sacristia da Igreja da Matriz, mas apenas 134 compareceram para votar. Os primeiros vereadores tomaram posse no dia 27 de novembro de 1894 para um mandato-tampão que iria até 7 de janeiro de 1896, para se adequar ao calendário eleitoral do Estado.

Perfil de Pedro Amaral

Pedro do Amaral Campos nasceu em Araraquara em 28 de fevereiro de 1842. Sua mãe era negra, e seu pai descendente de portugueses. Recebeu educação, tornou-se comerciante e mudou-se para Rio Preto em 1885, onde montou o maior armazém do vilarejo. Com o advento da República, em 1889, ele organizou o Partido Republicano Paulista em Rio Preto e três anos depois foi nomeado fiscal do distrito pela Câmara Municipal de Jaboticabal. Liderou o movimento pela emancipação política de Rio Preto e foi eleito primeiro presidente da Câmara em 1894, permanecendo no cargo por sete anos. Procurou melhorar a vila de Rio Preto com ações políticas voltadas para sua urbanização, começando pelo alinhamento das ruas, limpeza pública, finalização das obras e melhoria da estrada do Taboado. Lutou pela vinda de um médico para atender a população e desativou o primeiro cemitério que funcionava onde hoje está o Fórum. Ele fundou em 1897 a Loja Maçônica Avanhandava. Faleceu no dia 20 de julho de 1907 de febre palustre.



Sentados, o comerciante e maior chefe político de Rio Preto, Pedro Amaral, e uma de suas irmãs; logo atrás, de vestido escuro, a professora Gertrudes do Amaral que, mais tarde, se casaria com o major João Baptista França

Os Imigrantes

ÁRABES – vindos do Líbano e da Síria, entravam no Brasil com passaportes carimbados pelo governo da Turquia e por isso eram chamados de “turcos”. O Líbano e a Síria estiveram sob ocupação do Império Otomano até 1918. Os árabes vieram para a região trabalhar como masca-

tes. Em 1884, chegou o capitão João Nicolau e, no ano seguinte, chegaram os primos Antoum Saab Al Daher e Feres Saab, oriundos do Norte do Líbano, de Hadas al Jibe (Hadath el Jebbeh). Eles percorriam a vasta região de Rio Preto visitando fazendas e sítios, oferecendo seus produtos e aceitando como forma de pagamento dinheiro e produtos que pudessem levar consigo. Quando ganhavam um pouco de dinheiro, abriam seu comércio próprio, muitos começando com uma única porta. Os árabes logo fizeram amizades e passaram a participar da vida social e política de Rio Preto. Em 1899, Elias Jorge e Felício Efraim foram filiados à Loja Maçônica Cosmos; em 1912 era a vez de José Scaff assumir uma cadeira na Câmara Municipal; em 1917, fundaram a Escola Árabe, com aulas ministradas por José Amin, e a Sociedade Beneficente Síria.

Em 1922, foi fundada a Sociedade Jovens Sírios, que, em 1958, passou a se chamar Clube Sírio Brasileiro. Por seu lado, os libaneses fundaram, em 1930, a Coligação Libanesa, que, em 1937, adotou o nome de Coligação Brasileira e depois passou a se chamar Clube Monte Líbano, hoje um dos mais equipados de Rio Preto. Em 1934, os imigrantes árabes reuniram-se para construir em Rio Preto uma catedral para a Igreja Ortodoxa Antioquina de São Jorge, em terreno adquirido em 1930 na rua Marechal Deodoro. Moysés Miguel Haddad gerenciou a construção, e a catedral foi inaugurada em 5 de julho de 1947.

ITALIANOS – o registro dos primeiros italianos em Rio Preto data de 1890, com a chegada de um grupo de pedreiros e carpinteiros liderados por Verdi Sperandio. Com a expansão cafeeira, o número de italianos fixando residência aumentou consideravelmente no início do século XX. Na passagem do século XIX para o XX, os italianos já estavam enraizados na cidade, como era o caso de Carlos Panza, Mansueto Pesce, Ângelo Scardini e o engenheiro Ugolino Ugolini, que chegou em 1893 e escreveu seu nome na história de Rio Preto, tornando-se o primeiro estrangeiro a se eleger para a Câmara Municipal, em 1898, e o primeiro ambientalista da região pela sua luta para a preservação dos rios e contra a pesca predatória com cipó-timbó.

O advogado Léo Lerro, nascido na província de Campobasso, na região da Molisa, em 4 de abril de 1877, foi o primeiro italiano a ocupar o cargo de prefeito, em 18 de janeiro de 1913. O primeiro médico a clinicar na cidade, entre 1900 e 1904, foi o italiano Fileno Faggiani.

Em 1911, os italianos fundaram a Liga Operária e a banda musical União Operária, liderados por Paulo Bongiorno e José Palma. Na década seguinte, os italianos fundaram a Sociedade Italiana Cesare Battisti e uma seção rio-pretense do Partido Fascista. Romoaldo Negrelli, apaixonado por carros e corrida, construiu, em 1926, o Autódromo Carlos de Campos, o primeiro autódromo do Brasil a funcionar numa cidade do interior.

Bonfá Natale, italiano de Bonaferraro, apaixonado por natação, reuniu os amigos e fundou em 1931 o Palestra Itália, construindo, nas margens do rio Preto, uma grande piscina. Ele tinha 61 anos quando tomou essa iniciativa. O Palestra é hoje o maior clube popular da cidade, com mais de 14 mil associados.

ESPAANHÓIS – os imigrantes espanhóis começaram a se fixar na região de Rio Preto por volta de 1898, também atraídos pelas grandes fazendas de café. Manoel Reverendo Vidal, nascido em Pontevedra, em 1879, mudou-se para a vila de Ignácio Uchoa no início do século 20, onde se tornou um dos maiores plantadores de café do interior. Sua fazenda produzia 50 mil arrobas de café por ano e empregava 80 famílias; além de produzir, ele mesmo fazia a exportação do seu café, com escritório no porto de Santos. Foi vereador em Rio Preto de 1923 a 1927, subprefeito de Uchoa de 1920 a 1923 e juiz de paz de 1917 a 1919.

Os espanhóis fundaram em 1917 o Centro Hespagnol de Socorros Mútuos, com a filiação inicial de 500 sócios, contando entre seus fundadores com Isidoro Exposito, Hemeterio Pásqua Valle e Felipe Liebana. Em 1934, a instituição alterou seu nome para Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e, em 1957, passou para Clube Espanhol, na gestão de Martin Soler Teruel. Hoje é chama-

da de Casa de Espanha, desde 1983. O jornalista espanhol Leonardo Gomes, nascido em Crescien- te, foi diretor do jornal A Notícia de 1936 a 1970 e um dos mais entusiasmados líderes da Revolu- ção Constitucionalista. Em 1952, foi o coordenador da Comissão do Centenário e, em 1975, dois anos antes de sua morte, escreveu o livro “Gente que ajudou a fazer uma grande cidade – Rio Preto”, um dos mais completos trabalhos sobre a história da cidade.

PORTUGUESES – também os portugueses tiveram papel fundamental no desenvolvimento econômico de Rio Preto a partir do início do século XX. Aproveitando a situação geográfica privi- legiada da cidade e o intenso movimento da produção agropecuária, os portugueses investiram em hotelaria, padarias, armazéns e principalmente em grandes atacados de secos e molhados, como as empresas Dias Martins e J. Veríssimo.

Durante muitos anos, Antonio Lopes dos Santos, nascido em Gondifelus, foi dono do Términus Hotel, considerado o melhor da cidade nos anos 1930 e 1940; foi o fundador da Vila Toninho e loteador do Parque Industrial. Belmiro José Gomes, nascido em Vieira do Minho, chegou a Rio Preto aos 21 anos, em 1900, e tornou-se um dos homens mais importantes da cidade. Foi diretor da Empresa Telefônica, redator e proprietário dos jornais O Porvir, O Poder Moderador e A Ordem; por 15 anos foi venerável-mestre da Loja Maçônica Cosmos, foi um dos fundadores e provedor da Santa Casa e fundador do segundo time de futebol de Rio Preto. Em 1952, nas come- morações do centenário de fundação de Rio Preto, a colônia portuguesa decidiu presentear a cidade com a construção de um hospital. Foi fundada para isso a Sociedade Portuguesa de Bene- ficência, a fim de gerir recursos e construir o Hospital Infante D. Henrique, inaugurado em 11 de abril de 1968. Na década de 1970, foi fundada a Casa de Portugal, que mantém unida a colônia portuguesa na região.

JAPONESSES – há duas versões sobre a primeira colônia japonesa a se instalar em Rio Preto. Uma diz que em 1912 o navio Wakasa-Marú atracou no porto de Santos e sete famílias, lideradas pelo casal Tadashi e Tetsuyo Watanabe, vieram para Rio Preto e se instalaram numa fazenda a leste da cidade (onde hoje está o km 52 da Rodovia BR-153). A outra versão diz que foram 24 famílias que chegaram em 1916 e compraram uma fazenda de 156 alqueires nas proximidades do córrego da Anta, estabelecendo a colônia Fukushima Shokominti, liderada por Naoji Yasuura e Hasashi Watanabe.

Os imigrantes japoneses sofreram com grilagem de terras e enorme privação de alimentos e remédios, sem contar a malária e o tifo. Não bastasse, foram obrigados a uma longa batalha judicial para garantir a posse da terra. Ganharam a ação, mas as despesas jurídicas foram maio- res que o valor da propriedade.

Algumas famílias foram embora de Rio Preto e outras vieram para a cidade, como o casal Toshio e Umeno Watanabe, que se mudou para Maceno por volta de 1920. Em 1950, um grupo de 72 famílias japonesas fundou a Associação Cultural Nipo-Brasileira (ACENB), e, em 1961, o dentista Shizuo Igami, suplente de vereador, assumiu uma cadeira na Câmara Municipal, tornando-se o primeiro legislador de origem japonesa na história de Rio Preto. Atualmente, Nelson Ohno, foi o primeiro descendente de japoneses a ser eleito vereador.

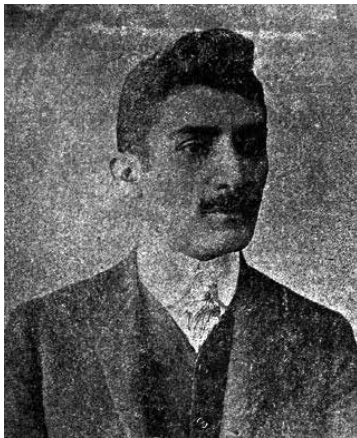
ARMÊNIOS – os armênios instalaram-se em Rio Preto a partir de 1926. Ocupada pela Turquia em 1890, a Armênia foi vítima de um genocídio que se acentuou em 1915, quando dois milhões de armênios foram deportados para a Síria e a Mesopotâmia. Em Rio Preto, os primeiros imigran- tes armênios atuaram como mascates e pequenos comerciantes. Em 1952, foi fundada a Socieda- de esportiva Armênia (SEA), com forte atuação nas competições locais e regionais, especialmente no tênis de mesa e no basquete. Um de seus atletas, Betinho Kurdojlian, sagrou-se campeão brasileiro de tênis de mesa. Entre os descendentes armênios destacam-se o professor e escritor

Carlos Daghlian, que por muitos anos foi presidente da Associação Brasileira dos Professores Universitários de Inglês e diretor da Revista de Estudos Anglo-Americanos; os comerciantes Rapiel e Jacob Parsekian; o jornalista Eduardo Kuyumjian e o delegado de polícia Jorge Chahes-tian.

Instalação da Comarca

A luta pela instalação da Comarca em Rio Preto teve início logo depois da criação do município. No dia 1º de junho 1896, Pedro Amaral, presidente da Câmara, enviou ofício ao governo estadual solicitando a criação da comarca. Um ano depois, em 2 de agosto de 1897, o deputado Adolpho Barreto apresentou o projeto de lei criando a comarca de Rio Preto. Dois anos depois, em 9 de junho 1899, João Bernardino de Seixas Ribeiro recebeu uma comunicação oficial do governo estadual negando a requisição.

Em fevereiro de 1900, Pedro Amaral voltou a reivindicar junto ao governo estadual a elevação de Rio Preto à categoria de comarca e, mais uma vez, não obteve sucesso. Em 1902, Pedro Amaral perdeu a eleição e Adolpho Guimarães Corrêa tornou-se o chefe político, fazendo da instalação da comarca a sua meta. Em 17 de setembro daquele ano, o deputado Fontes Júnior cobrou do Legislativo Estadual a aprovação do projeto de lei que criaria a comarca, observando que o projeto estava engavetado havia cinco anos na Comissão de Justiça. Foram dois anos de idas e vindas e, finalmente, em 9 de junho de 1904, foi sancionada a lei 903, assinada pelo governador Jorge Tibiriçá, criando a comarca de Rio Preto, instalada quatro meses depois, em 5 de outubro.



Os documentos da época creditam a criação da comarca à dedicação dos deputados Antônio Olympio (foto ao lado) e Plínio de Godoy. O primeiro juiz nomeado para a cidade foi Antônio de Souza Barros, e o primeiro promotor foi Antônio Augusto Cavalcanti Albuquerque Pessoa. Ao completar cem anos, em 2004, a comarca de Rio Preto funcionava com sete varas cíveis, cinco criminais e uma de execuções criminais e 15 promotorias de Justiça.

Morador de Barretos, o cearense Antonio Olympio foi deputado estadual e trabalhou pela instalação da Comarca de Rio Preto e fundou a cidade de Olímpia